



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

**ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA: o PNAES como política educacional na
redução das desigualdades no ensino superior**

Nayara da Rocha Martins
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
nayaramartins@ufpi.edu.br

Hereyn de Almeida Gois
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
hereyn.adv@gmail.com

Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
admsalmito@ufpi.edu.br

Liliane Araújo Pinto
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
liliane@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como o PNAES, enquanto política pública de assistência estudantil, tem contribuído para a permanência de estudantes nas universidades públicas brasileiras, Por meio de revisão sistemática da literatura (2010-2025) e aplicação do método dos 4 Ws de Rosado-Serrano, Paul e Dikova (2018). Os resultados mostram que o PNAES contribui para a permanência e melhora do desempenho acadêmico dos beneficiários, embora sua efetividade varie conforme a instituição, o curso e a região. Limitações na gestão, monitoramento e insuficiência de recursos foram identificadas como desafios para ampliar os impactos do programa. O estudo destaca a necessidade de políticas adaptadas às especificidades locais e avaliações contínuas para fortalecer a assistência estudantil e reduzir a evasão no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: PNAES. Política pública. Assistência Estudantil.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior público brasileiro, impulsionada pela implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cuja finalidade consistiu em ampliar o acesso e favorecer a permanência na educação superior, promoveu não apenas o aumento do número de vagas, mas também uma significativa diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes (Ristoff, 2014). Esse processo, embora fundamental para a democratização do acesso, evidenciou um desafio estrutural persistente: a permanência e o êxito acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a assistência estudantil emerge como dimensão estratégica das políticas educacionais, deslocando o foco do acesso para a garantia de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC) e consolidado pela Lei nº 14.914/2024, surge como uma política pública essencial para garantir a permanência de alunos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nas instituições de ensino federais (Soares, 2023). Ao proporcionar acesso a auxílios como alimentação, moradia, transporte, e apoio pedagógico, o PNAES contribui para o fortalecimento da igualdade de oportunidades no ensino superior (Brasil, 2014).

Ainda de acordo com Soares (2023) o crescimento da participação do Estado na educação superior, como evidenciado pelo aumento de vagas e pela diversidade de estudantes nas últimas décadas, foi acompanhado da necessidade de implementar políticas públicas voltadas para a permanência e o êxito acadêmico. No entanto, o processo de construção de políticas públicas, como explica Souza (2016), envolve uma série de interações políticas, sociais e econômicas, que influenciam diretamente as escolhas feitas em relação às ações a serem priorizadas. O PNAES, enquanto política pública, reflete tais interações, em que as demandas sociais, as pressões políticas e a disponibilidade de recursos desempenham papéis fundamentais (Vaneli; Carvalho, 2023).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: Qual a contribuição da assistência estudantil na permanência de estudantes no ensino superior público brasileiro?

Este artigo tem como objetivo compreender como o PNAES, enquanto política pública de assistência estudantil, tem contribuído para a permanência de estudantes nas universidades

públicas brasileiras, a partir da análise de estudos existentes e da consolidação recente promovida pela Lei nº 14.914/2024, a partir da revisão sistemática da literatura, como o programa tem sido abordado e interpretado no contexto das políticas públicas brasileiras voltadas à permanência de estudantes no ensino superior.

O trabalho está estruturado em referencial teórico, que aborda o conceito de políticas públicas e o PNAES, procedimentos metodológicos, análise da literatura e considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Howlett, Ramesh e Perl (2013) definem políticas públicas como cursos de ação deliberados adotados por atores governamentais para lidar com questões de interesse coletivo. Para os autores, essas ações resultam de ciclos de formulação, implementação e avaliação, marcados por disputas entre múltiplos atores, interesses e estruturas institucionais.

Essa concepção dialoga com a análise proposta por Souza (2006), que entende políticas públicas como o produto de interações entre instituições, ideias e interesses. Para a autora, o processo de formulação de políticas envolve decisões não neutras, influenciadas por contextos históricos, relações de poder e estruturas estatais. Assim, políticas públicas são construções políticas que refletem disputas e compromissos dentro de arenas decisórias específicas. Souza (2006) argumenta que a agenda política é influenciada por essas pressões e relações de poder, fazendo com que as decisões sobre quais demandas sociais serão priorizadas estejam intimamente conectadas às preferências dos governantes e aos interesses dos diferentes grupos sociais e econômicos.

As políticas educacionais, especialmente no âmbito do ensino superior, têm sido historicamente mobilizadas como instrumentos estratégicos para a redução das desigualdades sociais e ampliação das oportunidades educacionais. No caso brasileiro, marcado por profundas assimetrias socioeconômicas, a expansão do acesso à universidade pública, representou um avanço significativo no processo de democratização da educação. Contudo, como apontam Ristoff (2014) e dados do FONAPRACE (2019), a ampliação do acesso foi acompanhada pela diversificação do perfil dos estudantes, com maior presença de sujeitos oriundos de contextos de vulnerabilidade social.

Esse cenário evidencia que o acesso, embora condição necessária, não é suficiente para

garantir a democratização efetiva do ensino superior. Conforme argumenta Sguissardi (2015), a massificação do acesso, quando dissociada de políticas de permanência, pode reproduzir desigualdades no interior das instituições, resultando em trajetórias acadêmicas interrompidas ou precarizadas.

2.2 O PNAES COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENSINO SUPERIOR

A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) configura-se como uma resposta estratégica do Estado brasileiro às transformações no cenário da educação superior a partir dos anos 2000, especialmente no contexto da ampliação do acesso promovida por políticas públicas estruturantes, como o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Soares, 2023).

Nesse cenário, o PNAES emerge como uma política pública, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), destinada a assegurar condições materiais mínimas para a continuidade e conclusão dos estudos. O programa abrange ações como oferta de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e apoio pedagógico, entre outros (Brasil, 2010). Essa perspectiva marca uma mudança de paradigma em relação aos programas anteriores de assistência estudantil, historicamente marcados por ações fragmentadas e pontuais desde a década de 1920. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tais iniciativas passaram a assumir um caráter mais democrático, ampliando seu escopo e institucionalização (Brito; Souza; Almeida, 2021).

Criado inicialmente por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o programa foi formalmente instituído como política nacional pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, consolidando-se como um dos principais instrumentos de apoio à permanência estudantil no país. A concretização do PNAES como política pública permanente foi recentemente reforçada com a promulgação da Lei nº 14.914, de 4 de abril de 2024, que representa um marco institucional significativo. Essa legislação transformou o programa em política de Estado, superando seu caráter anterior de programa de governo. Entre os avanços promovidos pela nova lei, destacam-se: a obrigatoriedade de que as instituições federais de ensino superior implementem ações efetivas de assistência estudantil; o estabelecimento de diretrizes claras para o financiamento contínuo e transparente; a exigência de mecanismos de avaliação de resultados; e a ampliação da responsabilidade da União e das instituições federais na garantia da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2024).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente pesquisa utilizou-se como método a revisão sistemática de literatura a respeito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como política pública. Esta metodologia de pesquisa, segue a uma linha lógica específica, com o intuito de examinar e compreender a literatura a respeito de um assunto, em determinado contexto, culminando na seleção de um corpus documental representativo (Galvão; Ricarte, 2019). A presente revisão sistemática foi norteada pelo método idealizado por Rosado-Serrano, Paul e Dikova (2018) em seu trabalho intitulado *International franchising: a literature review and research agenda*. O método denominado 4 Ws utiliza as perguntas What, Why, Where e How como balizadores para organizar a apresentação dos dados coletados (Rosado-Serrano; Paul; Dikova, 2018). Assim o primeiro tópico (What) apresenta o que a literatura pesquisada traz sobre o assunto, e o segundo (Why) descreve o porquê do público se aprofundar sobre tal. Com essa lógica, o primeiro tópico trata do que já se conhece sobre o fenômeno em questão. Em seguida, discute-se a relevância de aprofundar o conhecimento teórico sobre o tema. Na continuidade, respeitando a estrutura dos 4 Ws, são analisados os contextos nos quais os estudos foram realizados, bem como os métodos adotados.

Foi realizada uma busca inicial de documentos relacionados ao tema na base de dados SCOPUS, utilizando-se o descritivo PNAES. A pesquisa foi realizada no dia 16/06/2025, delimitando - se a artigos publicados desde a instituição do PNAES, aos dias atuais, ou seja, no período entre os anos de 2010 a 2025. Com esse parâmetro teve-se o retorno de 15 documentos. Para limitar esses achados foram restringidas à elegibilidade os documentos que se alinhavam ao tema e aqueles publicados em periódicos pertencentes ao quartil 1 (Q1), com base no SCImago Journal & Country Rank (SJR), não obtendo nenhum retorno. Então, optou-se por trabalhos publicados em periódicos pertencentes ao quartil 2 (Q2).

A opção por restringir a análise a periódicos classificados em estratos superiores (Q1 e Q2) fundamenta-se na busca por maior rigor científico e consistência metodológica, ainda que tal decisão implique a redução do número de estudos incluídos. Ademais, destaca-se que a baixa quantidade de artigos encontrados evidencia uma lacuna na produção científica internacional indexada sobre o PNAES, especialmente em bases de dados de ampla circulação como a Scopus, o que reforça a relevância e a originalidade da presente investigação.

Nesse sentido, o número reduzido de estudos não constitui uma limitação metodológica, mas sim um resultado do rigor adotado no processo de seleção, alinhado às diretrizes de revisões



sistemáticas, que priorizam a qualidade e a pertinência das evidências em detrimento da quantidade de publicações incluídas.

Ao final deste processo de exclusão foram obtidos 4 documentos, que foram o objeto de estudo desta revisão sistemática, os quais foram analisados por meio da abordagem dos 4Ws proposta por Rosado-Serrano, Paul e Dikova (2018).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico foi apresentada de forma condensada a literatura encontrada no período de 2010 a 2025 sobre o PNAES como política pública trazendo os aspectos gerais e sob a perspectiva de cada pesquisa realizada. Conforme mencionado anteriormente, será dividida em três subtópicos utilizando a já mencionada técnica dos 4Ws, que segue: 1 – o que a literatura diz sobre o PNAES; 2 – Por que é importante aprofundar o entendimento do PNAES como política pública; 3 – onde e como foram realizadas as pesquisas selecionadas.

4.1 O QUE A LITERATURA DIZ SOBRE O PNAES

Quadro 1 – Revisão da literatura utilizando -se o termo PNAES

Referência	Objetivos	Resultados
Souza; Costa (2020)	Analisar o Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PRUG - UFRPE), buscando compreender os procedimentos utilizados pela instituição para monitorá-lo e avaliá-lo.	Os resultados indicam que aproximadamente 84,6% dos alunos assistidos reconhecem que o PRUG está colaborando para sua permanência na graduação. Mostraram também que há limitações nos processos de monitoramento e avaliação do programa, tais como, inexistência de critérios, indicadores e recursos específicos para acompanhar o desenvolvimento e o sucesso dos discentes. Além disso, a taxa de sucesso acadêmico dos atendidos (cerca de 80%) registrada nos anos de 2016-2017, embora alta, não conta com registros históricos que possam justificar sua validade e comparabilidade, especialmente ao contrastá-la com a taxa geral da universidade. Como consequência, essas fragilidades podem favorecer reprovações e evasão, dificultando o alcance dos objetivos previstos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e limitando a efetividade do programa de assistência estudantil.
Cespedes, <i>et al</i> (2021)	Analisar a eficácia do programa próprio da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, o Programa de Auxílio para Estudantes -Pape, criado a	Os resultados indicam que os estudantes beneficiados apresentam menor taxa de evasão e melhor desempenho acadêmico, com coeficientes de rendimento mais elevados e menos dispersos do que aqueles que não recebem auxílio financeiro, especialmente entre os estudantes de baixa renda.



	partir do PNAES e os possíveis impactos sobre o desempenho acadêmico.	Assim, o programa contribui para a permanência dos estudantes vulneráveis, demonstrando sua eficácia na melhora das condições de permanência e desempenho no Ensino Superior.
Ferreira, <i>et al.</i> (2023)	Avaliar o efeito dos programas de assistência estudantil, por meio da comparação das taxas de evasão e retenção entre os estudantes participantes e não participantes da assistência estudantil. A pesquisa também considera as diferenças relacionadas ao prestígio dos cursos na universidade, para avaliar se a assistência estudantil tem efeitos distintos em cursos de diferentes níveis de prestígio.	Não foi encontrada diferença significativa nas taxas de evasão entre estudantes participantes e não participantes de programas de assistência sugerindo que a participação nos programas contribuiu para equilibrar as condições de evasão. A evasão foi inversamente proporcional ao prestígio do curso, com cursos de maior prestígio apresentando menores taxas. Em relação à retenção, os estudantes participantes mostraram taxas mais altas, especialmente em cursos de médio e baixo prestígio, embora dentro dos limites do MEC. O estudo apontou a necessidade de ajustes nas políticas para uniformizar a retenção entre os cursos e sugeriu investigações qualitativas para compreender melhor os fatores de evasão e retenção.
Uchôa; Maia; Araújo (2025)	Avaliar o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência dos estudantes de Ciências Agrárias nas universidades públicas brasileiras no período pós-pandêmico.	Os resultados mostram que 19,63% dos cursos não possuem beneficiários do programa de assistência e que a cobertura do PNAES tende a ser maior nas regiões com menos oferta de emprego e maior proporção de estudantes com baixa renda. Indicam também que um aumento na proporção de beneficiários pode estar associado a um aumento na taxa de evasão, sugerindo que os recursos disponíveis talvez não sejam suficientes para atender plenamente às necessidades dos estudantes; Quando o número de beneficiários atinge patamares elevados, o PNAES mostra maior eficácia na retenção dos alunos, Além disso, os resultados também demonstram que variáveis socioeconômicas, influenciam positivamente na retenção, enquanto fatores como a alta taxa de estudantes desvinculados indicam obstáculos à permanência .

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar o Programa de Residência Universitária da UFRPE, Souza e Costa (2020) evidenciam a fragilidade institucional na implementação das ações do PNAES. Embora 84,6% dos estudantes reconheçam que o programa contribui para sua permanência, os dados revelam taxas expressivas de retenção e dificuldades no acompanhamento acadêmico dos discentes. A universidade não conta com um monitoramento constante, o que compromete a avaliação da efetividade das ações e contribui para reprovações, evasão e baixa taxa de sucesso. A ausência de indicadores claros, a inexistência de registros históricos e a limitação técnica da equipe dificultam a gestão por resultados e impedem uma análise comparável entre alunos assistidos e



não assistidos. As críticas dos estudantes, que apontam desde a falta de acompanhamento até problemas na gestão de vagas, reforçam o desalinhamento entre os objetivos do programa e sua prática cotidiana. Tais limitações ilustram o que Souza (2006) define como baixa capacidade institucional, em que a complexidade das políticas públicas não é acompanhada por estruturas administrativas e técnicas adequadas, comprometendo sua implementação e seus resultados. O caso da UFRPE mostra que a simples oferta de benefícios não garante a permanência estudantil, sendo essencial o fortalecimento da gestão, da avaliação e do diálogo com os usuários da política.

Por outro lado, Céspedes *et al.* (2021), ao avaliarem o Programa de Auxílio da UNIFESP (PAPE), evidenciaram impactos positivos claros, com redução da evasão e melhora no rendimento dos estudantes assistidos, especialmente entre os de baixa renda. A presença de mecanismos institucionais mais estruturados e de acompanhamento sistemático pode explicar a efetividade observada. O estudo de Ferreira *et al.* (2023) contribui ao analisar o impacto da assistência estudantil em cursos com diferentes níveis de prestígio, ressaltando que a evasão não está relacionada apenas à condição socioeconômica, mas também à percepção de prestígio e inserção no mercado de trabalho associada a cada curso. Embora os autores não tenham identificado diferenças estatisticamente significativas nas taxas de evasão entre estudantes assistidos e não assistidos, observaram que os cursos classificados como de médio e baixo prestígio concentram as maiores taxas de evasão. Diante disso, destacam que as ações de assistência estudantil não devem ser concebidas de forma genérica ou homogênea, como soluções amplas para todos os problemas do ensino superior, mas sim pensadas a partir das especificidades dos cursos e áreas do conhecimento, respeitando suas particularidades e vulnerabilidades. Ao analisar a retenção, ou seja, quando o aluno permanece mais tempo do que o previsto para concluir o curso, percebeu-se que, em média, os estudantes que participam dos programas de assistência apresentam índice de retenção maior do que os não participantes. Esses resultados sugerem que os programas não estão atingindo plenamente o objetivo de igualar as condições entre os estudantes.

O estudo mais recente, de Uchôa, Maia e Araújo (2025), amplia a discussão ao avaliar o PNAES no contexto pós-pandêmico, com foco nos cursos de Ciências Agrárias em universidades públicas em todo o Brasil, através do Censo 2022, os resultados indicam que quase 20% dos cursos não contam com beneficiários do programa, e que a cobertura tende a ser maior nas regiões com menor oferta de emprego e maior concentração de estudantes de baixa renda. Paradoxalmente, foi identificada uma associação entre o aumento do número de

beneficiários e o crescimento da evasão, o que sugere que os recursos do PNAES podem estar sendo insuficientes frente à demanda, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Ainda assim, quando o número de beneficiários atinge patamares elevados, o programa demonstra maior eficácia na retenção, sobretudo quando aliado a fatores socioeconômicos favoráveis. Os quatro estudos analisados refletem a importância de um sistema de monitoramento e avaliação robusto e constante a fim de que o programa atenda seu objetivo.

4.2 POR QUE É IMPORTANTE APROFUNDAR O ENTENDIMENTO DO PNAES COMO POLÍTICA PÚBLICA?

A permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior público brasileiro é um dos principais desafios enfrentados pelas instituições federais, sobretudo após as políticas de ampliação do acesso iniciadas na década de 2000. Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se consolidou como a principal estratégia governamental para garantir a continuidade dos estudos de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Embora o PNAES seja um programa nacional, cada universidade possui autonomia para utilizar os recursos disponíveis de acordo com suas necessidades e especificidades locais, levando em conta áreas estratégicas e demandas identificadas (Andrade; Teixeira, 2017). No entanto, apesar de sua abrangência e importância, os estudos analisados evidenciam que a efetividade do PNAES varia significativamente entre instituições, por regiões como evidenciado por Uchôa, Maia e Araújo (2025) e perfis de curso no trabalho de Ferreira, *et al.* (2023), revelando limites importantes na implementação e nos mecanismos de acompanhamento da política.

4.3 ONDE E COMO FORAM REALIZADAS AS PESQUISAS SELECIONADAS

Quadro 2: Contexto de realização das pesquisas e respectivas metodologias

Referência	Contexto	Metodologia
Souza; Costa (2020)	O Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Sede, no biênio 2015–2016,	Foram utilizados, como meios de coleta de dados, análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. As informações apreendidas foram tratadas com base na Análise de discurso, permitindo ao pesquisador fazer inferências de ordem qualitativa.
Cespedes, <i>et al</i> (2021)	Analisa um programa institucional específico da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o Programa de Auxílio para	Pesquisa quantitativa, que utilizou a avaliação do Programa de Permanência Estudantil da Unifesp baseada em uma análise socioeconômica criada na própria universidade. Para medir o impacto do programa, foi empregada uma abordagem de efeito



	Estudantes (Pape), subordinado ao PNAES utilizando dados de ingressantes na UNIFESP, entre 2012 e 2016.	causal, que utilizou um grupo de comparação para estimar o que teria acontecido aos participantes do programa na ausência dele.
Ferreira, <i>et al.</i> (2023)	A pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília (UnB), com foco nos programas de assistência estudantil voltados para estudantes ingressantes pelo vestibular entre 2010 e 2014.	A pesquisa utilizou uma metodologia quantitativa, com abordagem exploratória e de natureza aplicada, utilizando o método comparativo. A principal fonte de dados foram os indicadores quantitativos, provenientes dos sistemas acadêmicos e administrativos da UnB, para realizar uma análise comparativa entre estudantes participantes e não participantes dos programas de assistência estudantil. Foram analisadas as taxas de evasão e retenção, desagregadas por cursos, os quais foram classificados em alto, médio e baixo prestígio, com base na demanda e na nota de corte do vestibular de 2019. A Taxa de Evasão Longitudinal (TEL) foi utilizada para calcular as taxas de evasão, seguindo a metodologia apresentada por Lima e Ferreira (2016). Essa metodologia considera o acompanhamento dos estudantes desde a sua entrada até sua eventual saída ou conclusão do curso, levando em conta fatores como desligamentos, abandono e transferências.
Uchôa; Maia; Araújo (2025)	Utilizando dados do Censo da Educação Superior de 2022, o estudo foi realizado no contexto do fortalecimento e avaliação da política de permanência dos estudantes nos cursos de Ciências Agrárias no Brasil, especialmente em tempos de crise, como a ocasionada pela pandemia de Covid-19, levando em consideração as limitações orçamentárias, desigualdades regionais e vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes.	Pesquisa quantitativa, com metodologia de análise de dose-resposta para avaliar a relação entre a proporção de estudantes beneficiados pela assistência estudantil e a taxa de evasão nos cursos de Ciências Agrárias. A metodologia envolveu várias etapas, incluindo a coleta de dados do Censo de Educação Superior de 2022, aplicação de técnicas estatísticas como o uso do escore de propensão generalizado (EPG), conforme Hirano e Imbens (2004) e a estimação por máxima verossimilhança para ajustar os modelos que descrevem a distribuição da proporção de beneficiários

Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONCLUSÕES

Os estudos analisados apontam que o PNAES, enquanto política pública de assistência estudantil, desempenha papel relevante na promoção da permanência de estudantes de baixa



renda no ensino superior público. que o programa contribui positivamente para a redução da evasão e para a melhoria do desempenho acadêmico, especialmente quando há mecanismos institucionais de acompanhamento estruturado. No entanto, também revelam limitações importantes, como fragilidades na gestão, ausência de indicadores de avaliação e insuficiência de recursos frente à crescente demanda, o que compromete sua efetividade em determinados contextos.

A literatura destaca ainda que fatores como a localização geográfica, o perfil socioeconômico dos estudantes e o prestígio dos cursos influenciam diretamente nos resultados do programa. Dessa forma, reafirma-se a importância de um planejamento sensível às especificidades locais, aliado a um sistema de monitoramento contínuo.

Como encaminhamento para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação de estudos qualitativos que avaliem a experiência dos estudantes assistidos pelo programa, bem como investigações que explorem os impactos do PNAES em regiões com vulnerabilidade social. Além disso, com a recente promulgação da Lei nº 14.914/2024, que transformou o PNAES em política, torna-se ainda mais relevante analisar como essa nova legislação está sendo implementada nas instituições federais. Estudos futuros poderão investigar se a lei tem contribuído para superar os desafios apontados na literatura, como a fragilidade na gestão e a ausência de indicadores de desempenho. Também é recomendável a análise comparativa entre instituições que adotam diferentes modelos de gestão da assistência, podendo assim contribuir para a formulação de políticas mais eficientes, equitativas e alinhadas ao novo marco legal do programa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 512–528, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?lang=pt>.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no âmbito das instituições federais de ensino superior. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm.



BRITO, A.C.T.C; SOUZA, K.R; ALMEIDA, V, L. Política pública de assistência estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, p. e022021, 2022. DOI: 10.32930/nuances.v33i00.9630. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9630>.

CESPEDES, J. G. et al.. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067–1091, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>

COSTA, M. A. T. S. DA .. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 107, p. 362–385, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>.

FERREIRA, L. C. C., ALMEIDA, A. N DE., SANTOS, C. C. B., & Kipnis, B. (2023). Assistência estudantil: Uma avaliação de sua efetividade. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 31(112). Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7521> .

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis; ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integrativa**. Tradução de Francisco G. Heidemann. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROSADO-SERRANO, A.; PAUL, J.; DIKOVA, D. International franchising: A literature review and research agenda. **Journal of Business Research**, v. 85, p. 238-257, 2018. Disponível em: <https://justinpaul.uprrp.edu/wp-content/uploads/2019/11/JBR-Published-Fare-APR-18-238-257.pdf>.

SOARES, L. M. A política pública da assistência estudantil na Universidade Federal Do Amazonas (UFAM) e a implementação do auxílio creche para estudantes mães. **Revista de Estudos Interdisciplinares, [S. l.]**, v. 5, n. 4, p. 142–162, 2023. DOI: 10.56579/rei.v5i4.702. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/702>

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

SOUZA, R. C.; UCHÔA, A. M. DE S.; MAIA, A. C. N.; ARAÚJO, J. A. Avaliação da política de permanência dos discentes nos cursos de ciências agrárias no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 33, n. 127, p. e0255106, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362025003305106>.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867–889, out./dez. 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>

VANELI, D.; CARVALHO, A. de L. A política pública de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate. *Educação*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e85/1–22, 2023. DOI: 10.5902/1984644466469.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66469>.